**Violência em sociedade**

**ESTE ARTIGO NÃO PODE SER CITADAO – SERVE APENAS PARA FINS DIDÁCTICOS**

Resumo:

A recente valorização da sociologia da violência ocorre ao mesmo tempo em que urge pensar a profunda crise social espoletada pela bancarrota financeira. As mudanças sociais reclamam transformações nas práticas sociológicas. Quais podem ser?

A análise aqui proposta, com base nos estudos de M. Wieviorka, *La violence*, Paris, 2005, e de R. Collins, *Violence: A Micro-sociological Theory*, Princeton, 2008, conclui que a violência é sujeita a tratamentos sociológicos unilaterais, centrados nos agressores, nas lutas por poder e no género masculino. Verifica-se, por outro lado, um alheamento entre as propostas práticas de prevenção da violência e a sociologia da violência. Admite-se que a violência tem potencialidade e centralidade teórica e social susceptíveis de suscitar os debates necessários para a actualização da teoria social, em tempos de transformação social, por exemplo, abrindo-a à consideração de protagonistas que se mantém tabu nestes estudos sociológico da violência, como o género feminino e o Estado.

A emergência da sociologia da violência coloca-nos a questão de aceitar colaborar na construção de uma subdisciplina reprodutora dos bloqueios da actual teoria social e dos seus tabus (como a violência) ou usar a tematização da violência como gazua para abrir a sociologia a outros temas tabus na teoria social (como o carácter biológico dos mecanismos sociais e o carácter doutrinário dos ambientes sociais; ou as dimensões sociais secundarizadas pelo protagonismo das análise das lutas de poder, como a vitalidade e a harmonização existencial).

Palavras-chave: teoria social; violência; movimentos de mulheres; tabu; sociedade; Estado

**Violência em sociedade[[1]](#footnote-1)**

Estudar a violência, como fenómeno social, tornou-se tabu nas últimas décadas, notou Wieviorka (2005:68; 143). Retomar o seu estudo requer não deixar de pensar as razões dessa ausência. Será a violência externa à sociedade? Ou é o conceito de sociedade a que nos habituámos que está incompleto e obscurece a violência em sociedade? Este artigo segue a segunda pista.

A sociedade – como entidade auto-referenciada às populações residentes nos diferentes territórios sob administração dos estados nacionais ocidentais – é uma referência moral e de legitimação enfraquecida, tanto ao nível da soberania como a nível das expectivas democráticas. Em razão da construção de superburocracias regionais, e em razão da diferenciação local de comunidades isoladas umas das outras, por condomínios fechados, por classificações policiais de “bairros problemáticos” ou por localismos de outro tipo. A violência, anteriormente associada à emancipação e ao progresso – e foi-o na medida em que legitimou os nacionalismos, a corrida aos armamentos, as lutas de libertação do colonialismo, as experiências revolucionárias em várias partes do mundo, entre as quais a URSS, Cuba e China – sugere, actualmente, mais o cenário de decomposição social e ambiental, temível e sem esperança: a glosada sociedade de risco de Ulrich Beck (1992). Várias correntes sociais dão resposta de forma inovadora a esses temores (permacultura, direitos da natureza, justiça transformativa, rendimento básico incondicional, por exemplo). De onde virá a esperança, a confiança, na sociedade em devir (Reemtsma, 2011)? Poderá vir das vítimas e da sua capacidade de luta contra a violência?

**Mulheres e violência**

Os movimentos de mulheres foram pioneiros em reclamar [a validação da necessidade de legitimidade política para as mulheres] para a mudança do discurso político e público sobre o assédio sexual, a violação, a violência conjugal, impondo ao estado agências especializadas para o efeito. Estas lutas foram crescendo ao mesmo tempo que forças conservadores, também presentes na esfera pública, procuram reprivatizar estas necessidades de fuga, reenviando-as para o reduto doméstico de onde vieram.

A reprivatização é a primeira linha da defesa contra as necessidades de fuga. (…) O governo norte-americano criou dois níveis de apoio social – um associado com os direitos dos assalariados e outro com as queixas das pessoas dependentes. O sistema discrimina tanto mais mulheres e minorias quanto estas são tratadas como reclamantes inúteis em vez de trabalhadores reconhecidos (Burawoy, 2004:249).[[2]](#footnote-2)

As mulheres, quanto à violência, são sobretudo vítimas. Têm sido, porém, protagonistas de transformações sociais singulares (Therborn, 2006a), um activo da civilização moderna. Ao mesmo tempo, estão fora dos quadros de referência da teoria social dominante, mesmo quando autores como Giddens se esforçaram para dar relevo epistemológico e analítico ao estudo e observação da violência em sociedade (“Há uma ausência conspícua (…): os movimentos feministas” (Giddens, 1991:143). Burawoy nota como os ataques às políticas de bem-estar social, a reprivatização, são, porventura sobretudo, a criação de condições para a subordinação social das mulheres ao cuidado das crianças e à protecção de quem (geralmente homem) o possa querer fazer, para o melhor e para o pior.

A família e o lar norte-americanos são talvez tão violentos quanto qualquer outra instituição ou lugar norte-americano (com excepção dos quartéis, mas só em tempo de guerra). [E acrescenta, apoiando-se em estatísticas oficiais:] Os norte-americanos correm os maiores riscos de atentados contra a sua integridade física em suas próprias casas perpetrados por membros da própria família (M. Strauss, R. Gelles e S. Steinmetz, *Behind Closed Doors — Violence in the American Family*, Londres, Sage Publications, 1988, p. 4.).

Excelente ponto de partida: o movimento das mulheres, mais antigo que o movimento operário, mais discriminado e combatido – também pela força bruta e directa, a começar pelos familiares, a acabar pela sujeição à pobreza das mães sós com os seus filhos e passando pelas pensões de velhice em função do trabalho assalariado. Movimento não incluído senão nas margens dos debates sociológicos, mas fundamental para compreender a herança da modernidade ocidental para a humanidade. Movimento mais centrado que outros movimentos sociais nas questões de vitalidade e existência negligenciadas pela teoria social (Therborn, 2006b:3). Movimento constituído por muitas vítimas da violência, local e global, familiar e institucional, centrais para as funções comunitárias de reprodução física e mental das pessoas e das sociedades. Eis um ponto de observação inspirador de novas abordagens sociológicas à violência, eventualmente capaz de colocar as noções de sociedade, mulheres e violência, no topo das agendas, incluindo na da teoria social.

**O estudo da violência em sociedade**

Definir o que se entende por violência em sociedade é tanto mais difícil quanto não é claro, também, o que seja sociedade. Isto é, será preciso de cada vez que se observe e estude a violência em sociedade explicar que sociedade se está a observar, que conceito de sociedade se está a aplicar.

Michel Wieviorka refere-se ao declínio do intelectual clássico, empenhado politicamente, portador de propostas revolucionárias e de ruptura: “não há pensador importante nas ciências sociais que, de uma forma ou de outra, não tenha expresso um ponto de vista sobre a violência (…)” (Wieviorka, 2005:143). O autor confirma que a violência se tornou tabu desde os anos oitenta (Wieviorka, 2005:68). Como mostrou Hirschman (1997), referindo-se à transição do século XVIII para o século XIX, a crítica burguesa do uso da violência aristocrática transformou-se, na fase de domínio político dos representantes da burguesia, em tabu (Reemtsma, 2011:206-226). Nas últimas décadas, a reafirmação do capitalismo na era da globalização, terá separado emocionalmente o que as pessoas imaginam ser violência boa – geralmente com origem institucional ou em classes dominantes – e violência má, a que merece verdadeiramente ser chamada violência – geralmente com origem em pessoas de classes menos prestigiadas. Este regime ideológico esconde e evita o debate sobre o que seja a violência em sociedade, cuja definição inviabiliza na prática.

A discussão sobre o que é sociedade não é menos complexa, temperamental e condicionada pelas sucessivas épocas históricas do que a discussão sobre a violência. Os ataques ao estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons – a tentativa mais bem-sucedida de dar consistência teórica a uma definição potencialmente consensual de sociedade – coexistem, a partir de certa altura, com as políticas neo-liberais marcadas pela frase assassina da Srª Thatcher: “*There is no such thing as society*” (“a sociedade não existe”) – descritor de todo um programa político de amesquinhamento e destruição das forças sociais que lidaram com a questão social, desde o século XIX (Castel, 1998).

Michael Burawoy (2004) retomou o marxismo como uma plataforma epistémica para estabelecer uma definição de sociedade adaptada às actuais circunstâncias históricas. Baseou-se nas noções de Gramsci e Polanyi – dois autores neo-marxistas com perspectivas distintas mas consistentes –, para propor um novo referencial sociológico: a Sociologia Pública. Em esboço a tese de Burawoy é: tal como acabou por acontecer após a crise de 1929, a dimensão social da modernidade deve saber impor-se à economia e à política, aos mercados e ao Estado.

Burawoy dedica um esforço meritório e raro a definir o que se pode ou deve entender por sociedade, em sociologia, nas suas diversas vertentes. Citá-lo, ainda que longamente, é útil:

[A sociologia de Parsons] concentrada numa sociedade entendida como autónoma, integradora de tudo, como sistema homeostático auto-equilibrado, comparada como o marxismo soviético de esquerda que não deixava espaço para a ´sociedade´ no seu esquema de base e superestrutura (op.cit.:195).

Ao cuidado do marxismo, sociedade não é uma noção geral que se aplica trans-historicamente aos mundos antigos e medieval, aos sistemas tribais e complexos, às ordens tradicionais e modernas, integrando todas as instituições deparadas e funcionais que formam um todo coerente e delimitado. Ao contrário Gramscy e Polanyi trabalham a noção de sociedade na sua especificidade histórica (op.cit.:198).

Para Gramsci, a sociedade é a sociedade civil, entendida sempre nas suas relações contraditórios com o estado. A sociedade civil refere-se ao crescimento dos sindicatos, partidos políticos, educação de massas, e outras associações voluntárias e grupos de interesse, todos proliferaram pela Europa e pelos Estados Unidos até ao fim do século XIX (op.cit.:198).

Para Polanyi sociedade é o que eu chamo sociedade activa, entendida sempre como em tensão contraditória como o mercado (op.cit.:198).

Polanyi refere frequentemente sociedade como se tivesse uma existência autónoma, agindo por conta própria, enquanto Gramsci entendia sociedade civil como um terreno de luta. Para os dois, porém, ´sociedade´ ocupa um espaço institucional específico non quadro do capitalismo, entre a economia e o estado, embora ´sociedade civil´ se reveja no estado e ´sociedade activa´ se interpenetre com o mercado. Para os dois, socialismo é a subordinação do mercado e do estado à sociedade auto-regulada, a que Gramsci chama sociedade regulada (op.cit.:198).

O autor dá continuidade a uma tendência sociológica, desenvolvida desde os anos 80, de conciliação entre duas epistemologias contraditórias: a marxista, centrada na produção material e nas lutas sociais principais (em torno da economia, da técnica), e a weberiana, centrada na distribuição simbólica, nos mercados e na harmonização possível de interesses antagónicos, consequências da história volúvel das subjectividades (Touraine, 1984; Weber, 2005).

Esta conciliação ocorre ao mesmo tempo que a tematização intelectual da violência se torna tabu, como notou Wiewiorka, e as lutas entre as superpotências e entre as classes sociais europeias predominantes (as classes industriais) são apaziguadas pelas políticas do Estado Social – construídas sob os perigos nucleares da Guerra Fria e sobre as soluções de bem-estar desenvolvidas em sociedade. A social-democracia torna-se uma referência política global; a sociologia floresce profissionalmente, ao serviço desse projecto político. Novo problema se coloca quando a social-democracia se revela impotente perante um mundo unipolar.

A ideia de uma sociedade diferenciada em dimensões, como as que Max Weber destacou e Parsons consagrou – a saber, a política, a economia, o prestígio social, a cultura – em que cada ciência social se encarregaria de tratar cada uma destas dimensões, tornou-se, nas últimas décadas, um processo centrípeto de hiperespecialização em sub-disciplinas (Lahire, 2012:347-351). A cooperação intradisciplinar e interdisciplinar torna-se um desejo recomendado e quase sempre frustrado. As visões de conjunto, nomeadamente as discussões sobre o que seja a sociedade, rarificam-se e, sobretudo, tornam-se estranhamente irrelevantes para os sociólogos, a quem é preciso chamar a atenção para que entrem nos debates públicos, como vimos fazer Burawoy.

Os novos movimentos sociais dos anos sessenta e setenta (movimentos não operários, sem representação institucional, mas a propor modos de vida alternativos, comunitários, solidários, liberais, densamente cognitivos e críticos, com semelhanças com o que o movimento operário tinha feito no século XIX, em circunstâncias e condições muito distintas) constituíram referências culturais radicais e intelectuais para a resistência à legitimação dos poderes de inspiração neo-liberal dos anos 1980 (Sennett (2006) na primeira página da introdução confessa que, nos anos sessenta, a nova esquerda norte-americana imaginou que a desburocratização faria emergir comunidades; o que sucedeu, reconhece hoje, foi a fragmentação individualizante e menos liberdades). Os novos movimentos sociais viram os seus fantasmas regularmente anunciados mas nunca materializados finalmente renascer no Norte de África, e depois na Europa do Sul, EUA, Irão, Turquia, Brasil, sob uma nova forma: a dos novíssimos movimentos sociais, caracterizados por utilizarem as redes informáticas e de comunicação (inexistentes nos anos setenta) e pela forma de organização anarquizante (Castells, 2012). A base social dos “estudantes”, epicentro da revolução juvenil dos anos sessenta e setenta, está agora alargada a uma “nova pequena burguesia” (Poulantzas, 1978) com duas ou três gerações de existência, mas actualmente sem perspectivas de continuidade. O afinamento das novas tecnologias, a concorrência de sociedades emergentes, a ganância da produção especulativa de lucros, a capacidade do capitalismo avançado de recriar sociedades de consumo em qualquer parte do planeta, a necessidade de redução de salários para manter o sistema produtivo capitalista em competição global, entre outros factores, jogam contra as classes médias nos países centrais, sendo isso sobretudo evidente nos territórios politicamente periféricos do ocidente, o também chamado Sul do Norte.

**Retomar os estudos sobre a violência**

O que nos dizem Michel Wieviorka e Randall Collins, ao quebrarem o tabu dos estudos sociais sobre a violência?

Michel Wieviorka, *La violence* (2005) é um livro com três partes. A primeira apresenta o novo paradigma de relações internacionais e sociais que enquadra a violência nas últimas décadas, depois dos anos 80. A segunda parte apresenta diferentes abordagens teóricas à violência. A terceira parte apresenta a perspectiva sobre a violência com base na teoria do sujeito de Touraine. Por sujeito esta teoria entende uma entidade social construída, que pode ser uma pessoa, um grupo, uma instituição, um movimento social, ou outra.

O autor destaca a distinção entre violência construtiva e violência anti-social, destrutiva. A primeira serve o surgimento da sociedade do futuro. A segunda não faz sentido numa perspectiva de evolução histórica.

Uma tipologia com que fecha o livro reconhece, para além destes dois tipos de violência oponíveis, outros tipos de violência além das praticadas pelos híper-sujeitos e pelos anti-sujeitos. Aos outros tipos de agentes de violência o autor chama a) sujeito flutuante a lutar com sentimentos de injustiça, b) não sujeito que actua mecanicamente, c) sujeito sobrevivente que luta contra a negação social de si mesmo.

A primeira parte do livro argumenta, a respeito das últimas décadas, registar-se uma diminuição das oportunidades de organizar conflitos, no sentido em que estes são substitutos e modos de prevenir a violência, como a diplomacia se contrapõe à guerra. Estas últimas décadas são caracterizadas por: a) dispersão do infra-estado e do meta-estado para fora do controlo estatal; isto é, menor controlo da economia através da política de privatizações, do lado do infra-estado, e disputa entre ideologias políticas e religiosas ao nível da legitimidade, do lado do meta-estado; b) proclamação da prioridade aos direitos das vítimas; c) uso sem controlo dos novos media e coberturas mediáticas extensivas a todo o mundo.

A segunda parte do livro vai buscar a três diferentes tradições intelectuais que oferecem contribuições para a análise da violência, a saber, a psico-política, a economia e a análise culturalista. Violência de massas e dos movimentos sociais, violência dos sindicatos, violência por falta de educação tem explicações distintas da crueldade, do genocídio e da violência gratuita. A sociologia conhece bem a diferença entre a violência expressiva e quente, por um lado, e a violência instrumental e fria, por outro lado. Mas não trata da violência fria e sem sentido.

Segundo Wieviorka, para tratar esse terceiro tipo de violência é preciso fazer a análise sair do campo estritamente social. Como o faz a teoria do sujeito, que considera o sujeito como agente histórico construído como protagonista com vista a construir novos tipos de sociedade, contra as rotinas, tradições e lógicas de continuidade. Este modo de pensar a violência permite ainda analisar a crueldade, argumenta o autor.

Esta posição levanta problemas: a) a moral e a ideologia indispensáveis para dar sentido à violência só podem ser estudadas fora do âmbito da teoria social? Não foi Durkheim quem definiu a sociologia como o estudo da moral social, da consciência colectiva? b) quem está em posição de reconhecer, ou não, sentido construtivo à violência? Os historiadores, os políticos, os psicólogos, o Estado? Quais de entre eles? Contemporâneos da violência em análise ou suficientemente distantes dela?

Randall Collins, *Violence: A Micro-sociological Theory* (2008) define violência de forma estrita: acto de atingir fisicamente outra pessoa. Estuda a violência, assim definida, procurando alhear-se das questões morais. O livro responde a como se luta. E a porque se luta. Fá-lo reduzindo a análise a quadros de interacção. Prometeu observar a violência numa perspectiva macro em trabalho posterior.

Dos cerca de 30 tipos de violência que observou, verificou sempre a presença de uma tensão/medo que, quando não impede a acção violenta, perturba-a de tal modo que falhar o objectivo de agressão é muito vulgar. Essa barreira emocional pode ser ultrapassada por uma emergência social de pânico ou de carnaval (*moral holiday*) contra pessoas fracas ou indefesas (como nos genocídios ou episódios de guerra), no seio dos quais algumas das pessoas podem assumir impunemente – sem sentir culpa ou má consciência – as despesas da acção violenta eficaz, enquanto a maioria apenas apoia, cobre, incentiva e reclama pela consumação da violência, sem conseguir ultrapassar a tensão/medo que as impede de concretizar directamente a violência. A primeira parte do livro trata disso, isto é, dos segredos vergonhosos (*dirty secrets*) de corporações ou sociedades. Refere-se o autor a guerreiros que evitam guerrear, pessoas em pânico que comentem actos de heroísmo, valentões que procuram pessoas frágeis para exercerem sobre elas violência, etc. As classes mais civilizadas, como forma de distinção social, organizam formas de moralização do exercício da violência. Controlando-a através de rituais, regras, etiqueta, separação clara entre os agentes violentos e o público, segregação de estatutos sociais, como nos duelos, no entretenimento ou no desporto, por exemplo (op.cit.:225). Disso trata a segunda parte do livro. A terceira parte estuda as dinâmicas e estrutura das situações micro sociais violentas (porque se luta?). A tensão emocional tem o papel principal (medo, raiva e excitação; ritmos corporais, posturas e expressão de emoções; op.cit.:4-5). O desfecho e as consequências da violência dependem da capacidade de uma das partes impor a sua dominação emocional, mais do que o acesso a recursos técnicos e materiais. A energia emocional define as probabilidades de entrar em acção violenta e da vitória. É reforçada pela vitória. Entra em perda na derrota.

São as dinâmicas de interacção que espoletam a violência (op.cit:148). Coordenação por ressonância emocional; sintonização com picos (momentum/adrenalina); *mind games* para domínio do limitado espaço social de atenção; sintonia vs oposição (*emotional turning point*); efervescência colectica, são causas da violência referidas por Collins. A violência física é, portanto, sobretudo uma questão mental: “A interacção violenta é tão mais difícil quanto vencer uma luta depende da perturbação realizada sobre os ritmos do inimigo (…)” (op.cit.:80). “[o feriado moral] é como um estado de consciência alterado (…)” (op.cit.:100). E não é um problema que a civilização tenda a abolir: “(…) a violência não é primordial e a civilização não é uma forma de a conter; o oposto está mais perto da verdade” (op.cit.:29).

A explicação de Collins centra-se numa moral própria dos contextos de interacção, mas é, em si mesma, contraditória: sugere que a natureza humana é sobretudo anti-violenta mas, ao mesmo tempo, afirma “Erradicar a violência é inteiramente irrealista” (op.cit:466). O que impedirá o realismo de perspectivar a abolição da violência? Se não estudou os movimentos contra a violência porque concluiu isso?

**Limites teóricos desta sociologia da violência**

Primeiro, ambos os autores se dedicam a estudar os protagonistas da acção violenta e as forças sociais que os suportam nessa acção, sem darem a mesma importância às vítimas e a quem organiza a resistência à violência, não se referem, portanto, a actos de violência completos. Não há neste ponto cego teórico um alheamento da solidão das vitimas? Uma continuidade do silenciamento dos derrotados? Abrindo espaço à cultura ancestral de culpabilização das vítimas, com as respectivas consequências subjectivas permanentes. Sobretudo para categorias sociais como as mulheres, entre outros grupos sociais estigmatizados, desprovidos de recursos (nomeadamente de defesa) e de voz activa (que a sociologia poderá ajudar a activar, se estiver disponível para assumir os custos de estar também ao lado dos derrotados).

Segundo, não estudam a violência institucional, como se esta fosse de natureza distinta dos outros tipos de violência. “Este livro não tem por objecto a violência do Estado” (Wieviorka, 2005:281). Embora inclua um capítulo inteiro sobre o assunto (op.cit.:47-80) e um breve excurso no final (op.cit.:280-281). Collins, por seu lado, optou por começar o estudo da violência pelo estudo das interacções sociais e diz-nos que a civilização – e o Estado – parece ter aumentado a probabilidade de experiências violentas. Teremos de aguardar pelo segundo volume, que deverá abordar a discussão macrossociológica para saber mais. Reconhece, entretanto, que em certas circunstâncias as vítimas são importantes no processo de violência, quando correspondem harmonicamente ao agressor – *to attune* –, portanto, em modo de subordinação (Collins, 2008:8, 26, 281; Dores, 2009:302-303).

(Uma melhor compreensão do significado desta ausência do estudo da violência de estado pode ser conseguida ao contrastar as teorias sociológicas com entendimentos com aspirações libertadoras e emancipatórias que visam a luta contra a violência (AAVV, 2013; Wolfe, Wekerle, & Scott, 1997), de que se tratará adiante).

Terceiro, como acontece com a sociologia em geral (Therborn, 2006a:3), Wiewiorka e Collins não dedicam muita atenção nem aos aspectos vitais nem existenciais das pessoas, dos grupos e das sociedades. Concentram a atenção nas relações de poder, que sempre envolvem algum grau de violência. Paradoxalmente excluem o Estado da equação do poder. Também excluem a consideração de relações de poder históricas e de sociedades não modernas. (Wieviorka é mesmo explícito a este respeito, ao usar o primeiro capítulo para situar o tipo de violência que quer tratar: a violência própria da época que começa nos anos 80 do século XX). O poder que interessa é o de se constituir em sujeito, no caso de Wieviorka; poder de ultrapassar a barreira emocional da tensão/medo ligada à violência potencial, no caso de Collins. Naturalizando – provavelmente de forma inconsciente – as diferenças sociais entre as entidades sociais mais poderosas, as que estejam em condições de se constituírem em sujeitos históricos e os que sejam capazes de acumular energias emocionais suficientes para serem protagonistas-autores de actos de violência, e as entidades sociais menos fortes. Como se as heranças culturais, competências, capacidades e disposições, não fossem uma construção social em cada um, em função da sorte de nascimento, das experiências de vida, das circunstâncias sociais de existência. Como se a cada um não fosse exigido conformar-se a papéis sociais de género, etnia, classe, de nacionalidade, socialmente prefabricados, através dos quais se produzem espectativas de comportamento em situações violentas, contra as quais se avaliam os homens e as mulheres; os fortes e corajosos e os fracos e cobardes; os que ameaçam retaliar com credibilidade e os que não o podem fazer.

Quarto, embora reconhecendo a extrema multiplicidade de fenómenos violentos, a sua importância e a ausência de um debate sociológico proporcional à presença e importância do fenómeno, nenhum dos autores se preocupa em compreender e explicar a colaboração das teorias sociais com esse modo de produção de segredos sociais (Dores & Preto, 2013:116-121), que é o tabu que paira sobre a violência. Wieviorka afirma ser necessário sair do estrito campo da teoria social e ir a montante, às “dificuldades de construção se si como sujeito” histórico, psicossocial (Wieviorka, 2005 :67), para empreender um estudo e intervenção (normativos) sobre o sujeito e actor (individual, grupal, comunitário ou social, conforme as ocasiões concretas): trata-se de “explorar os processos e mecanismos através dos quais se forma e passa ao acto o protagonista da violência, individual ou colectiva; de considerar este último enquanto sujeito, nem que seja virtual, para observar tanto quanto possível o trabalho que faz sobre si mesmo (…)” (Wieviorka, 2005:218). A proposta de Collins é, por seu lado, hiperespecializada em processos interactivos, sem consideração da parte simbólica e uma menor atenção aos contextos sociais do que à interacção entre os protagonistas da violência (Collins, 2008:20). Ambos recomendam, a partir das suas indagações, formas particulares de controlo social da violência a aplicar pelas forças repressivas do Estado (Wieviorka, 2005:314-5; Collins, 2008:21), tendo eles próprios excluído a violência institucional dos respectivos horizontes de observação.

Quinto, para ambos, cada um à sua maneira, a violência não é natural, em sociedade. Para o francês, a sociedade resulta, em cada momento, da acção dos sujeitos (actores históricos) e é destruída pela violência dos anti-sujeitos: “A noção de sujeito inclui, ou pelo menos implica o seu contrário (…) o anti-sujeito (…)” (Wieviorka, 2005:287). Embora haja que ponderar – como o autor faz na sua tipologia (Wieviorka, 2005:293-301) – as misturas e os cinzentos. Há uma diferença entre conflitos socialmente regulados, a violência construtiva de novas relações sociais progressistas, e violência anti-social, meramente destrutiva. Em Collins, o centro mesmo da sua interpretação da violência é a negação da sua naturalidade. A sua principal conclusão é: a violência não é fácil. Ela resulta de um esforço invulgar, não espontâneo, fabricado: “(…) todo o tipo de confronto violento traz a mesma tensão básica (…) a tensão básica pode ser chamada envolvimento não solidário (*non-solidarity entrainment*)” (Collins, 2008:82). “(…) a maior parte das vezes as brigas são normais, reguladas, limitadas. (…) quais são as circunstâncias especiais que faz de algumas delas passer os limites e entrar na violência?” (Collins 2008:338). Enquanto Wieviorka concebe a organização de conflitos (organização capaz de oferecer canais de organização do sentido útil para as tensões sociais) como a forma de manter a solidariedade indispensável à persistência de uma sociedade, o norte-americano atribuiu aos custos de estabelecer a violência espontânea, de ultrapassar a tensão/medo que a perspectiva de violência implica em cada ser humano, a fonte principal de controlo da violência. Dividem-se no dilema sobre a natureza moral humana que opõe secularmente Hobbes a Rousseau.

Tão diferentes entre si, o que une as abordagens da violência destes dois sociólogos credenciados, Wieviorka e Collins? Para o indagar, mostram-se a) as dificuldades em consensualizar o significado de sociedade entre os sociólogos; b) os trabalhos síntese dos dois sociólogos sobre o estado da sociologia da violência; c) uma avaliação dos limites comuns a ambas as abordagens; d) a distância entre as propostas de prevenção da violência e as teorias sociológicas; e) as relações intensas entre a violência e a moral; f) os escolhos que inibem as teorias sociais actuais; g) o potencial da sociologia da violência para servir de rebocador à actualização da teoria social.

**A prevenção da violência**

Organizar a prevenção da violência sem discutir profundamente o papel do género e o papel das forças de segurança do Estado na construção da violência é inoperativo.

A violência é um tema que provoca emoções fortes: tabus, medos, mitificações, acumulações de energia emocional, traumas; associadas a processos de transformações pessoais e sociais. A teoria social não reúne as condições para tratar do assunto de forma científica. Porque tem dificuldade em firmar algum tipo de objecto de estudo razoavelmente completo, como vimos acima. Porque tem dificuldade em expor os usos da violência pelos mecanismos de poder patriarcal e estatal. Isso ressalta da leitura de quem reflecte sobre os trabalhos no terreno de prevenção da violência, como Wolfe, Wekerle e Scott (1997):

“*A expressão da violência é mais comummente observada em contextos de relacionamento”* (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:x). “*As estratégias públicas para lidar com a violência pessoal estão desactualizadas e são superficiais (…) A violência não afecta todos de forma igual – está misturada com as expressões culturais do poder e da desigualdade; afecta sobretudo mulheres, crianças e minorias”* (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:xi, itálico no original).

Estamos imediatamente noutro mundo, bem distinto. Passamos do mundo público actual – onde efectivamente a violência não é fácil, como nota Collins, e é sobretudo um problema para as forças da ordem conterem os agressores, como refere Wieviorka – para um mundo privado, em que as vítimas parecem indefesas e com fracas possibilidades de recorrer às forças da ordem, de forma útil. A prevenção da violência tem também outra ambição e outra profundidade: “*A prevenção da violência implica construir algo positivo (através do empoderamento) no contexto das relações sociais, sem insistir apenas na fraqueza individual ou no desvio. (…) A juventude é um recurso importante e é parte da solução*.“ (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:xii, itálico no original). Agressores e vítimas são, afinal, bem conhecidos entre si: são muitas vezes familiares uns dos outros. São também, ambos, potenciais recursos para a prevenção da violência, obviamente de maneiras separadas e com diferentes competências. Não é das instituições, na prática desinteressadas ou mesmo cúmplices da violência assim descrita, de onde é de esperar inovações e maior eficácia neste domínio. Embora os especialistas esperam delas a energia preventiva da violência, na verdade as instituições geralmente servem de apoio a estratégias defensivas de especialistas e instituições pressionadas pelo *status quo*. As pessoas que vivem os processos de socialização são as mais interessadas em ultrapassar as situações de violência em que estão envolvidas, assim se sintam livres e apoiadas para caminhar nesse sentido. As instituições, quando não reforçam as condições que perpetuam a violência, abandonam as vítimas ao isolamento típico desse estado social. As instituições, eivadas de patriarcalismo ancestral – como manifestamente o demonstra a impotência para abolir as desigualdades de género –, têm um interesse tácito (conservador, como escreveu Burawoy acima citado) em arguir a privacidade da violência intrafamiliar e intracomunitária. Solidariedade entre homens na partilha do poder. Não apenas para dividir para reinar, mas também para manter uma estrutura de poder capaz de conter os ímpetos de contestação social.

Quem trabalha no terreno da prevenção da violência não a entende do mesmo modo que o senso comum, ao contrário de Wieviorka que não contesta este último. Agressores e vítimas produzem frequentemente sentimentos de alheamento da responsabilidade pela violência, só alterado perante uma autoridade externa, normalmente estatal. Também as vítimas aceitam entrar num jogo em que cumprem recorrentemente um papel cooperante com os violentos, seja contra a intromissão e repressão do estado ao lado do agressor, seja reclamando do estado penas contra o agressor (neste caso aliando-se ao estado). “(…) *violência é qualquer tentativa para controlar ou dominar outra pessoa* (…) por exemplo, isolando-se a si mesmo ou ao parceiro; limitando os papeis de género do próprio ou de um parceiro (…) e também abuso físico (…) e sexual (…) ” (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:9, itálico no original). Não é só o poder e o acesso a recursos (razão, interesse, solidariedade, identidade) que causam violência. Os níveis menos institucionalizados da vida social também estão densamente impregnados de violência. Tanto as relações íntimas como qualquer das fases de socialização e de construção da personalidade conhecem a violência, independentemente dos jogos de poder. Do quotidiano emergem práticas de (in)capacitação de maior ou menor violência, nos seus diferentes tipos. Como formas de agressão e defesa. Mas também como formas de convivência – como mostram os casos de violência doméstica ou institucional.

Para as vítimas, pode ser menos perigoso deixar vencer um adversário numa disputa violenta do que instigar o seu ódio através da humilhação da derrota. É também nessa lógica que se funda a eficácia da repressão. Mas até que ponto é eficaz na prevenção da violência a transformação dos agressores em vítimas do Estado? Ou das vítimas em justiceiros?

“Em vez de dar prioridade à eficiência, custo, segurança, protecção ou desvio, esta [nossa] perspectiva procura primeiro promover a saúde e o empoderamento (…) a importância de atingir um equilíbrio entre competências individuais (ou de grupos de indivíduos) e os desafios e riscos do meio” (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:47). Deste ponto de vista, portanto, a violência não é sobretudo uma luta entre partes. É a escolha socialmente elaborada para valorizar a disputa entre formas distintas de construção de identidades, nos sentidos físico e político (ou mental).

Perante as contradições e os problemas emergentes, há duas grandes famílias de maneiras de os enfrentar: pela violência e pela concertação, pela guerra e pela diplomacia, pela força e pela criatividade, pela imposição e pela libertação, pelo conservadorismo e pela emancipação. O problema de civilização, no sentido prescrito classicamente por Norbert Elias (1990)e aprofundado por Reemtsma (2011:408-415), será, pois, como valorizar a segunda escolha e desvalorizar a primeira. O que não se faz pelo método da justiça criminal, a saber, isolar uma situação específica, um acusado e potencial bode expiatório de crimes tipificados, e ignorar tudo o resto, isto é, a vítima e a vida social que estabelece os contextos propícios à proliferação da violência, em espaços públicos e, sobretudo, em espaços privados. Este tipo de processo judicial estatiza uma ponderada solução violenta para responder de forma equivalente, mas em sentido inverso, à violência alegadamente praticada pelo agressor (não legitimado). Oferece-se, deste modo, o monopólio do protagonismo agressor às autoridades jurídicas, policiais e carcerárias, escudadas numa legitimidade repressiva, como classicamente notou Max Weber.

Porém, pergunta Reemtsma (2011:227-239), como manter a confiança nessas instituições depois das experiências históricas traumatizantes, sobretudo na primeira metade do século XX e nestes primeiros anos do século XXI? E como lidar com a violência inexplicável, enleante, entusiasmante, contagiante, como aquando dos carnavais ou motins, por exemplo? Bastará desenvolver o conhecimento e um dia poder-se-á abolir a violência? Ou será sempre necessário exercitar a violência para evitar a violência, como faz o estado?

**A violência é natural?**

A violência não é típica dos jovens machos, nota Collins. Ela é prevalecente em meio doméstico e sobretudo praticada por crianças, refere. O que acontece é que a força e a violência são das raras mais-valias dos jovens sem estatuto (Collins, 2008:25-6). Para este autor, a argumentação da psicologia do desenvolvimento, de base genética, que atribuiu aos jovens machos maior probabilidade de entrarem em violência esquece os contextos situacionais (Collins 2008:25). “(…) as disposições para (…) a violência são *organizadas* na infância mas são *activadas* na adolescência (…)” (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:74, itálico no original). Isto é, em contextos apropriados, as potencialidades bio-genéticas são moldadas em cada pessoa e em cada grupo de convivas em função de valores e experiências previamente incorporados. Os contextos sociais, portanto, influenciam essas potencialidades, para as estimular e confirmar ou para as negar. Por exemplo, o alheamento ou estigmatização pode instigar comportamentos agressivos.

“A juventude deve ser apoiada com a informação e as competências necessárias para poder trabalhar para mudanças pró-sociais na cultura juvenile e no meio social em geral” (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:64). Na verdade, não só os jovens mas as crianças também são educadas a entender a sociedade como uma fonte de oportunidades ou como uma fonte de opressão. “(…) a investigação recente sugere que o comportamento abusivo começa por ser aprendido através dos pais do mesmo sexo (…), e identifica como facto os rapazes serem mais prejudicados quando são vítimas da(s) figura(s) de pai e quando assistem a maus tratos das suas mães” (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:109). Os futuros jovens aprendem através dos seus educadores e das experiências que com eles partilham o valor e desvalor da violência.

Se a natureza for entendida apenas como a herança genética de cada um, dificilmente poderá explicar a necessidade da afirmação masculina pela violência. As aquisições culturais nas diferentes sociedades explicam grande parte da violência (Wilkinson & Pickett, 2009:132). Essas aquisições chegam por via familiar mas também por via institucional, onde se poderia pensar ser mais fácil garantir a transmissão de valores de prevenção da violência.

Há práticas de isolamento social, de violência, de encarceramento, que se auto-alimentam sob a forma de síndromes sociais, como as armadilhas da pobreza (Torry, 2013:161-168) ou a estigmatização (Baptista, 2004:20-30) ou a porta giratória das prisões (Agency, n.d.). São cadeias de processos sociais de agressão-vitimação mimética (Collins, 2005), sustentadas por desigualdades culturalmente construídas e impostas através de instituições de segurança (policial e social). As vítimas dessas síndromes são produzidas desde tenra idade e anseiam por harmonização – *attune* – com quem as possa reconhecer e aceitar, na sua inferioridade tácita. Pessoas e instituições caridosas, o sector social e o Estado punitivo (há mesmo reclusos que se recusam a sair da prisão e pedem para ficar depois do fim da pena).

Os trabalhadores sociais referem, recorrentemente, o carácter manipulatório das pessoas assistidas ou presas: resistem a programas ocupacionais e de integração social oferecidos pelas instituições. Essa desconfiança das pessoas tuteladas pelo estado justifica a dureza dos comportamentos correctores por parte dos funcionários e de toda a administração social dos pobres, para bem deles, como se diz às crianças. Porém, em muitos casos, “nothing works” (Martinson, 1974).

As síndromes sociais são de difícil reconhecimento pelos envolvidos. Mesmo observadores extremamente qualificados e distantes podem não ser capazes de as reconhecer. António José Saraiva (1994:211-292) aponta esse defeito ao trabalho de um historiador francês, que tomou as descrições dos crimes produzidos pela Inquisição por descrições credíveis da vida social. Saraiva ressalta o facto de o Tribunal do Santo Ofício ser, também, uma fonte de prestígio e rendimentos para os seus funcionários e colaboradores. A ponto de estes serem levados a inventar crimes onde não os havia – através das célebres técnicas de tortura para obter confissões, bem como através da recompensa da delação e das testemunhas de acusação. O que significa, evidentemente, que os relatos sobre os acontecimentos delituosos inscritos nos processos devem ser entendidos com uma distância suficiente da crença de que possam reproduzir a verdade material. Serão, com certeza, exemplos da imaginação social da época produzida para fins de dominação. Mas não podem constituir testemunhos fidedignos das práticas sociais condenadas. Tanto mais que, desde que o Tribunal foi abolido, quando os crimes que tutelava deixaram de ser perseguidos e criminalizados, nunca mais se ouviu falar da ocorrência de práticas semelhantes às anteriormente condenadas. Com o fim das condenações, os actos da judiação deixaram abruptamente de ser mencionados. Provavelmente por já não se praticarem há muitos anos.

A autonomia das instituições é construída sobre processos de resistência à ingerência social nos negócios próprios. Opera uma privatização (maior ou menor) de certos domínios sociais (com tempo acabam elaborados de forma labiríntica, para protecção dos funcionários e eventualmente usados por interesses que se apropriam da direcção das instituições). Mas toda a sociedade é afectada pelo balanço que cada instituição encontra entre os interesses que a colonizam e as funções sociais de representação de valores sociais outorgados pela vontade geral.

No terreno, “seguimentos de longo prazo (…) indicam que as crianças normativas, por si só, predizem consistentemente um futuro de abuso de drogas e álcool. Nem as competências para resistir ou o conhecimento, por si, são preditores significativos (…) do uso de substâncias nefastas” (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997:125). A educação, isto é, o exemplo das pessoas e das instituições significativas para a sociedade, é preditora do comportamento das pessoas singularmente consideradas. O que é uma grande responsabilidade para os sociólogos, que têm, portanto, no campo da prevenção da violência, uma função que não estão a exercer.

Abolir a violência é irrealista. Porque a violência faz parte integrante da vida. Mas as formas de mobilização e desmobilização da violência pessoal, institucional e social, resultam de valores, de actos educativos, de envolvimentos institucionais, de contextos históricos especialmente tensos, em que o medo se propaga ou se vence; os processos de libertação e de emancipação concretizam-se ou não.

**O que se passa com a teoria social?**

Esta é a pergunta que faz Mouzelis (1995), reconhecendo o distanciamento entre o pensamento sociológico e as realidades a que se refere. Como é possível começar a teorizar a violência a partir de concepções, como as de Wieviorka ou de Collins, tão distantes daquelas que na prática suscitam a atenção da intervenção social?

Em síntese, Mouzelis identifica uma continuidade dos principais problemas epistemológicos entre a fase da hegemonia do estrutural-funcionalismo e a actual fase de contestação pós-moderna desse paradigma. Apesar das críticas sistemáticas às contribuições de Talcott Parsons para a teoria social, os mais citados dos sociólogos, expressamente Elias, Bourdieu, Giddens, diz Mouzelis, foram incapazes de superar o reducionismo e a reificação combinados, presentes tanto em Parsons como nos seus colegas mais novos. Acrescentam-se a este diagnóstico contribuições de (Lahire, 2003, 2012), nomeadamente quando denuncia a falsa unicidade das pessoas e do mundo que é preconcebida pelas teorias de Bourdieu, como um dos representantes mais qualificados da teoria social contemporânea. Em especial em consequência de uma sobrevalorização das dimensões de poder (na prática subordinando critérios de género, étnicos, de classe, culturais, etários). Sobrevalorização sentida também por Therborn (2006b:3), quando estudou as desigualdades sociais.

Segundo estes diagnósticos, a teoria social, embora bebendo de tradições muito diversas, acabou por se recolher num campo fechado em si mesmo, cercado, por um lado, pelo alheamento das ciências sociais relativamente às outras ciências – a pretexto de lidarem com um objecto mais complexo –, alheamento das diferentes disciplinas das ciências sociais entre si e, também, alheamento das diferentes subdisciplinas entre si, num processo centrípeto de hiperespecialização promovido em torno de um objecto de estudo – a sociedade – cuja definição acaba por não se saber exactamente qual seja, como se viu acima.

Para tratar da violência, para a prevenir, tanto ao nível dos processos de socialização e desenvolvimento como das sociabilidades quotidianas, há propostas desafiadoras e interessantes. Partindo de casos de abuso sexual de crianças, uma reflexão entre activistas estabeleceu o prazo de cinco gerações para atingir os seus objectivos de prevenção da violência íntima, pessoal, familiar e comunitária (AAVV, 2013). Este autor colectivo concluiu que as dificuldades e obstáculos actuais à prevenção da violência estão arreigados e escondidos nas sociabilidades quotidianas. Tomar consciência desses obstáculos, para os ultrapassar, será um trabalho de muito longo prazo. Também porque os modos de intervenção do Estado, no quadro das políticas sociais e criminais, não são eficientes e podem ser contraproducentes na prevenção da violência.

Partindo de reflexões sobre os actuais processos de socialização e desenvolvimento, Acosta (2013) apresenta-os como causas de violência, contra o meio ambiente e contra as populações. O autor chama a nossa atenção para os direitos da natureza: a prioridade à harmonização de interesses entre pessoas, animais, plantas e meio ambiente, em detrimento da luta pela hegemonia da exploração não renovável dos recursos mineiros, do gado, da agricultura, da biodiversidade, da força de trabalho. Para este economista, a luta multicentenar bem-sucedida dos povos andinos, na preservação da sua filosofia de vida centrada na harmonização, apesar da história de opressão colonial a que têm vindo a ser sujeitos, aponta um caminho possível para a pacificação da humanidade (Santos, 2014).

Quer dizer: as sementes que podem vir a germinar na terra lavrada da actual crise ocidental, financeira, a curto prazo, mas também pela crise civilizacional, a longo prazo, foram lançadas há muitos anos e sabem que as espera um longo e laborioso caminho de muitas dezenas ou centenas de anos. Como pode uma teoria social concentrada no presente, sem passado nem futuro, referindo-se quanto muito às origens da modernidade – há apenas 200 anos – como pode uma perspectiva temporal tão limitada (dir-se-ia reducionista e reificada) dar-se conta da natureza social da violência, actual e ancestral?

**As tarefas da sociologia da violência**

A sociologia da violência requer capacidade para se pensar fora do quadro em que a sociologia se tem acantonado, como verifica Wieviorka (2005: 217-221). Em especial, há que reconhecer a ancestralidade da violência de origem humana e a incapacidade da modernidade de a conter em parâmetros satisfatórios. A crescente repugnância perante a violência (Elias, 1990) não tem sido suficiente para a prevenir. Na verdade, a intolerância crescente perante a violência de género, por exemplo, tem produzido mais condenações penais mas não nos habilitou a prevenir eficazmente as violências sexuais ou domésticas.

A estratégia centrípeta da teoria social resulta num espaço universitário defendido por teorias sempre cada vez mais especializadas e alheias entre si. Muito sensíveis nos detalhes mas desligadas entre si; e entre a teoria e as práticas sociais, profissionais e activistas. Na prática da intervenção social é mais difícil do que na teoria extrair e separar dimensões da observação da vida real.

Todas as disciplinas e subdisciplinas são chamadas a colaborar entre si e com os profissionais. O que melhor se resolverá quando as ciências sociais se puserem em condições de se abrirem umas às outras, num processo epistemológico centrífugo, abrindo-se também a outros tipos de experiências e conhecimentos. Científicos e doutrinários (Dores, 2013; Santos, 1989)

No curto prazo, porém, a violência não é uma questão menor – é uma questão tabu. Mas, ao mesmo tempo, é uma questão decisiva para se saber que rumo as diferentes sociedades, instituições e pessoas irão tomar. Porque ficou o impressionante tratado de sociologia das guerras de Bouthoul (1991) sem seguidores? A inconsequência destas propostas para a reforma da teoria social pode ficar a dever-se a uma perspectiva de vistas curtas por parte da sociologia, ao comprometer-se ideologicamente com os interesses sociais e políticos datados, que fazem da violência um segredo, para esconder as paixões empenhadas nos interesses capitalistas alegadamente racionais (Hirschman, 1997). Uma teoria social centrada num presente isolado do fluxo histórico, reducionista e reificadora, centrada nas questões do poder e descurando os processos de sustentação desse poder, ao nível da vitalidade e das condições de existência das vidas em sociedade, é uma teoria pré-científica, pré-paradigmática e subordinada à conjuntura (Nunes, 1973).

No longo prazo, as cinco gerações perspectivadas pela FIVE Generations para estabelecer práticas de prevenção da violência é um período de tempo semelhante à vigência histórica da teoria social. Durante o qual se pode estabelecer e desenvolver uma política de abertura da teoria social à ciência, à ideologia e à história.

Collins deixa muitas e claras pistas para o efeito: “A evolução forneceu os seres humanos com alta sensibilidade para os micro sinais de interacção emitidos por outros seres humanos (…) fazem eco das emoções de um corpo para outro através de ritmos partilhados”, escreveu a página 26; “as dinâmicas emocionais estão no centro da teoria da violência em micro-situações” (Collins, 2008:4). “Energia emocional (EE) é um resultado variável de qualquer situação de interacção” (Collins, 2008:19). O que significa que, com ou sem violência, se poderia e deveria estudar as energias emocionais que evoluem nas diferentes situações sociais. “Eradicar inteiramente a violência é irrealista” (Collins, 2008:466). Porque ela (mesmo reduzida à sua forma mais directa e física) é natural na espécie humana, como manifestamente mostram as observações dos comportamentos infantis. Ser natural não é o mesmo que ser banal, fácil ou espontânea. Pela simples razão de a espécie humana ser, por natureza, extremamente dependente das socializações e das sociabilidades, mesmo (ou sobretudo) em contextos violentos: “A interacção violenta é tão mais difícil quanto vencer uma luta depende da perturbação realizada sobre os ritmos do inimigo (…)” (Collins, 2008:80) “a tensão básica pode ser chamada envolvimento não solidário” (Collins, 2008:82).

Identificar e ultrapassar o tabu que inibe o desenvolvimento da sociologia da violência é uma tarefa ideológica, cujo valor cognitivo pode abrir novas oportunidades para imaginar uma melhor evolução da crise civilizacional que se vive. Na parte científica, requer a abertura, cooperação e convergência das sociologias do corpo, das emoções, do quotidiano, das instituições, da globalização fora da subordinação à sociologia do poder. Mas integrando as questões de poder (incluindo os abusos e perversidades) num lugar mais consentâneo com a sua real importância na constituição e evolução das sociedades.

Referência bibliográficas:

AAVV. (2013). *Transformative justice*. S. Francisco. Retrieved from http://www.generationfive.org

Acosta, A. (2013). *El Buén Vivir - Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria&Antrazyt.

Agency, R. D. (n.d.). *Revolving Door Prisoners – what works?*. Retrieved November 14, 2014, from http://www.revolving-doors.org.uk/documents/revolving-door-prisoners-what-works

Baptista, L. C. (2004). *A Fragilidade da Experiência - Erving Goffman e os Quadros de Interacção* (tese de do.). Lisboa: FCSH/UNL.

Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. (M. Ritter, Ed.)*Nation* (Vol. 2, p. 260). Sage. doi:10.2307/2579937

Bouthoul, G. (1991). *Traité de polémologie - Sociologie des guerres* (1a edição .). Paris: Payot.

Burawoy, M. (2004). For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, (31), 193–261. Retrieved from http://pas.sagepub.com/content/31/2/193.full.pdf

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social - uma crónica do salário*. Petrópoles: Vozes.

Castells, M. (2012). *Redes de Indignación y Esperanza*. Madrid: Alianza.

Collins, R. (2005). *Interaction Rituals Chains*. Princeton: Princeton University Press.

Collins, R. (2008). *Violence: A Micro-sociological Theory*. Princeton: Princeton University Press.

Dores, A. (2013). The brain, the face and emotion. In A. Freitas-Magalhães, C. Bluhm, M. Davis, & (Eds.) (Eds.), *Handbook on facial expression of emotion* (pp. 129–181). Porto: FEELab Science Books. Retrieved from http://hdl.handle.net/10071/6793

Dores, A. P. (2009, November). Avançar ou Travar. *Revista Autor*. Retrieved from http://www.revistaautor.com/index.php?option=com\_content&task=view&id=524&Itemid=1

Dores, A. P., & Preto, J. (2013). *Segredos das Prisões*. Cascais: RCP edições.

Elias, N. (1990). *O Processo Civilizacional (Vol I e II)* (1a edição .). Lisboa: D. Quixote.

Giddens, A. (1991). *As conseqüencias da modernidade*. S. Paulo: UNESP.

Hirschman, A. O. (1997). *As Paixões e os Interesses*. Lisboa: Bizâncio.

Lahire, B. (2003). *O Homem Plural – As Molas da Acção*. Lisboa: Piaget.

Lahire, B. (2012). *Monde pluriel. Penser l’unité des sciences sociales* (Couleur de.). Paris: Seuil.

Martinson, R. (1974). What works? Questions and answers about prison reform. *The Public Interest*, (35), 22–54.

Mouzelis, N. (1995). *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*. London: Routledge.

Nunes, A. S. (1973). *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Cadernos G. I. S., n.° 10.

Poulantzas, N. (1978). *State, Power, Socialism*. London: New Left Books.

Reemtsma, J. P. (2011). *Confiance et Violence - Essai sur une configuration particulière de la modernité* (1a ed.2008 ed.). Paris: Gallimard.

Santos, B. S. (1989). *() Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Porto: Afrontamento, 1989*. Porto: Afrontamento.

Santos, B. S. (2014). *Epistemologies of the South – Justice against Epistemicide*. Paradigm Publishers.

Saraiva, A. J. (1994). *Inquisição e Cristãos Novos* (1a ed. 196.). Lisboa: Estampa.

Sennett, R. (2006). *The New Culture of Capitalism*. Yale University Press.

Therborn, G. (2006a). *Between Sex and Power – Family in the world, 1900-2000* (p. 370). Routledge.

Therborn, G. (2006b). Meaning, Mechanisms, Patterns and Forces: an Introduction. In G. Therborn & (ed.) (Eds.), *Inequalities of the World – New Theoretical Frameworks, Multiple empirical approaches* (pp. 1– 58).

Torry, M. (2013). *Money For Everybody - why we need a citizen´s income*. London: Policy Press.

Touraine, A. (1984). *Le retour de l´acteur*. Paris: Fayard.

Weber, M. (2005). *Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Londres e NY: Routledge. Retrieved from http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/1095/The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism.pdf

Wieviorka, M. (2005). *La Violence*. Paris: Hachette Littératures.

Wilkinson, R., & Pickett, K. (2009). *The Spirit Level – why more equal societies almost always do better*. London: Penguin Books.

Wolfe, D. A., Wekerle, C., & Scott, K. (1997). *Alternatives to violence Empowering Youth to Develop Healthy Relationships*. London: Sage.

1. Este artigo beneficiou das recomendações de Pierre Guibentif, de Nuno Pontes e de Arianna Silvestri. Os erros do texto são de inteira responsabilidade do autor. [↑](#footnote-ref-1)
2. Tradução de António Pedro Dores. Assim como nas seguintes citações de livros estrangeiros. [↑](#footnote-ref-2)